

O GRUPO PRÓ-ÉVORA E O CURSO DE ARQUEOLOGIA DE 1968: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AO TEMA

Ana Cristina Martins¹

RESUMO

O Grupo Pró-Évora (GPÉ) tem um longo histórico de ligação à Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), desde a sua fundação, em 1919, seguindo, no fundo, a tradição Oitocentista de membros da AAP residentes em Évora ou, não sendo aqui residentes, possuíam fortes conexões à cidade, nomeadamente por via profissional. Decorridas várias décadas, o GPÉ dirige-se, a 3 de abril de 1968, à Presidência da Junta Distrital de Évora, com uma série de propostas de atividades destinadas a não «afrouxar a sua ação». Entre elas, constam *pequenos cursos de arqueologia*. As informações incluídas nesta missiva dão-nos conta de vários pormenores, nomeadamente quanto ao entendimento de ‘arqueologia’, aos conteúdos contemplados, formadores indicados e da ‘ciência cidadã’ *avant la lettre*.

Palavras-chave: Évora; Grupo Pró-Évora; Curso de Arqueologia; História da Arqueologia; ‘Ciência Cidadã’.

ABSTRACT

The Grupo Pró-Évora (GPÉ) has a long history of connection to the Association of Portuguese Archaeologists (AAP), since its foundation in 1919, following, in essence, the 19th century tradition of AAP members living in Évora or not being inhabitants here, had strong connections to the city, namely by professional means. Several decades later, on 3 April 1968, the GPÉ addressed the Presidency of the Évora District Council with a series of proposals for activities aimed at not “loosening its action”. Among them were short courses in archaeology. The information included in this document gives us several details, namely regarding the understanding of ‘archaeology’, the contents contemplated, the teachers indicated and the ‘citizen science’ *avant la lettre*.

Keywords: Évora; Grupo Pró-Évora; Archaeology Course; History of Archaeology; ‘Citizen Science’.

«[...] divulgação das riquezas monumentais e artísticas da nossa Cidade, visando à atração de maior número de visitantes»
(Grupo Pró-Évora 1968)

1. ASSOCIATIVISMO PATRIMONIAL: UMA RESENHA

Motivado pelas múltiplas experiências colhidas em pleno *Grand tour*; a redescoberta de importantes sítios arqueológicos, como Herculano, Pompeia e Estábia; as consequências dos movimentos revolucionários de finais de Setecentos e sucessivas invasões napoleónicas; a *Naturphilosophie*; o Romantismo

bucólico, revivalista e estético; a ideologia liberal e as especificidades da história, cultura e paisagem de cada recanto da Europa, o associativismo, em geral, e o cultural, em particular, marca profundamente o mapa europeu do séc. XIX (Black 2003).

Novidade emergente ainda na centúria anterior, embora numa versão mais restrita nos seus objetivos e composição social. Trata-se de uma realidade recente que não mais se dissipa, antes se metamorfoseia, confirmando a pertinência do seu surgimento e a permanência da generalidade das razões que o justificam neste momento. Entre elas, o desconhecimento, o alheamento e o despreço generalizado de elites políticas com relação à relevância do estudo,

1. IHC-Polo da UÉvora / IN2PAST | AAP / acmartins@uevora.pt

O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

preservação e divulgação do passado de cada geografia. Um passado presente em inúmeros e diversificados aspetos históricos, artísticos, arqueológicos e etnográficos cuja valorização importa a diferentes agendas ideológicas e políticas, incluindo identitárias, nacionalistas e expansionistas (Berçé 1992; Choay 2000).

A congregação de individualidades em torno do propósito comum de conhecer, manter e legar a gerações vindouras o passado toma várias formas, entre associações, sociedades, grupos e grémios, com uma maior ou menor tónica científica e, até, de orientação profissional. Exemplo deste último caso, a Associação dos Arquitetos Cívicos Portugueses fundada em Lisboa no ano de 1863 e que rapidamente dá lugar à Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (RAACAP). Antes disso, funcionara a Sociedade Arqueológica Lusitana (SAL) (Setúbal, 1849), cuja profícua efemeridade permite que posteriores agremiações similares contornem alguns dos obstáculos que ditam o seu fim extemporâneo, conquanto anunciado (Martins 2014a).

Mas se o mote é facultado pela SAL, é a RAACAP que indica o caminho a percorrer pelo associativismo cultural que, embora lenta, intermitente e esparsamente, desponta no território. Caminho a ser composto de um corpo suficientemente representativo de elites locais e regionais que o tornem coeso e, também por isso, perene. A isso se soma a constituição de biblioteca, de museu ou espaço expositivo, de secções de trabalho, de edição periódica, de monografias e compêndios, de cursos livres temáticos, cursos de arte e arqueologia em Seminários, de campanhas arqueológicas, de apoio à criação de novas áreas museológicas e associações locais, de envolvimento em produção legislativa na área e na construção de rede de membros correspondentes que permita, no caso da RAACAP, obter um panorama geral sobre o estado dos monumentos, no sentido Oitocentista do termo (Martins 2003 e 2005). Tudo isto, enquanto o Governo não decreta a criação de uma comissão especializada na área e a Academia Real de Belas-Artes (1862) continua a centrar-se em categorias e tipologias específicas de objetos.

Com efeito, é possível que os próprios mentores da RAACAP não vislumbrem o verdadeiro alcance e impacte da sua iniciativa, designadamente entre a elite cultural portuguesa, considerando que o país não se destaca propriamente pela existência de um ativo movimento associativo. Não obstante, a salva-

guarda de vestígios históricos, artísticos e arqueológicos é assunto há muito debatido, mormente por mão e influência de quem cruzara os espaços mais eruditos de cidades como Paris e Londres durante o longo exílio imposto pelas lutas entre liberais e miguelistas (Martins 2003). Muitos e crescentes são os “brados” lançados a favor do resgate de memórias, independentemente da sua natureza, categoria e tipologia, sendo, sobretudo após 1872, na sequência da presença do seu presidente, Possidónio da Silva (1806-1896) em Paris durante a Exposição Universal de 1867, que a RAACAP se assume enquanto tal, abrangendo a vertente arqueológica a par da inicial, ou seja, a arquitetónica e, por inerência, a artística e a histórica (Martins 2012-2013a).

Não surpreende, por isto, que a RAACAP apoie a formação do *Atheneu Archeologico* Bracarense (1876) (*Synopse* 1876), um ano antes da realização do primeiro encontro de arqueologia em Portugal (Citânia de Briteiros e Guimarães, 1877), pelo muito que pode fazer em prol da valorização dos vestígios de antanho, contribuindo assim para um melhor conhecimento das histórias locais e regionais, essenciais ao desenvolvimento de uma das grandes indústrias finisseculares: a turística.

Pouco depois, mas de modo autónomo, surge a Sociedade Martins Sarmiento (1881), um ano após a presença, em Guimarães, de membros do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880) e fundada por um grupo de vimarenenses empenhados em homenagear a vida e obra de Francisco Martins Sarmiento (1833-1899) e promover a instrução popular através da organização de vários cursos, designadamente noturnos. Em simultâneo, institui uma biblioteca, publica a ‘Revista Guimarães’, promove estudos arqueológicos e constitui aquele que será conhecido por ‘Museu de Martins Sarmiento’ (Martins 2022b). Entretanto, 1906 assiste ao surgimento de ‘A Sociedade Propaganda de Portugal’, de amplitude nacional, destinada a articular, de modo pioneiro no país, a salvaguarda do património monumental e artístico e a indústria turística, enquanto outras localidades seguem anteriores exemplos associativos facilitados pelo reconhecimento do direito associativo proporcionado pela legislação republicana. Entre elas, a capital do rio Lis onde, pese embora a existência da finissecular ‘Liga dos Amigos do Castelo de Leiria’, é instalada, em 1908, uma delegação da já somente RAAP (Real Associação dos Arqueólogos

Portugueses) (Martins 2005), à semelhança do que sucede com a ‘Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira’ (1909). Na capital do Ribatejo, é a ‘Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém’ (1916) que requiere a coadjuvação da agora só AAP nas atividades que pretende realizar, o mesmo sucedendo com a ‘União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo’, em Tomar (1918). Este é também o caso do ‘Grupo Pró-Évora’ criado em 1919 e pensado por um escol de membros da AAP, a relembrar a titulação da *Sociedad Pro-Monte Santa Tecla* a funcionar desde, pelo menos, 1914 (Martins 2005). Iniciativas que, no conjunto, testemunham a ineficiência dos sucessivos organismos criados pelo Estado no quadro da salvaguarda monumental (Martins 2005).

2. ASSOCIATIVISMO, INSTRUÇÃO POPULAR E ENSINO DA ARQUEOLOGIA

A instrução popular constitui traço comum a quase todas as experiências associativas já enunciadas. Seja pelo ideário liberal e republicano de recorte neoiluminista ou por influência maçónica, a disseminação de conhecimentos juntos dos mais diversos públicos centraliza algumas das suas iniciativas. Por isso organizam cursos livres, instam à criação de cadeiras de história da arte e arqueologia em Seminários e diligenciam, junto de outros organismos, a institucionalização destas práticas, conferindo-lhes um grau de ensino formal.

Neste contexto, reveste-se de especial importância o ensino em Seminários, pois, além das igrejas se encontrarem «[...] caiadas, polidas e alindadas, onde não mora um só pensamento de Deus.» (Herculano 1873: 275), o facto de a maioria dos clérigos não possuir quaisquer conhecimentos artísticos anima-ra, por exemplo, Possidónio da Silva, enquanto presidente da RAACAP, a solicitar a formação de uma cadeira de arqueologia nos seminários portugueses. Nas suas palavras e de seus correligionários,

Se os parochos tivessem algumas noções da archeologia religiosa, não consentiriam, certamente, que as suas egrejas perdessem, com feições bastardas, o typo primitivo que as ennobrecia, nem haviam de tolerar, que fossem despojadas, por compra ou troca, dos seus vasos sagrados e alfaias antigas, que são nos templos verdadeiros brasões da sua nobresa, e testemu-

nhas authenticas, eloquentes na sua propria mudez, do amor da religião dos nossos antepassados, que se casava com o amor da pátria

(AH/AAP. Relatório. 1886)

Situação que não é caso único na Europa de Oitocentos². Tão pouco é novidade em Portugal. Na verdade, fora o Bispo de Beja, D. António Xavier de Sousa Monteiro (1838-1906), quem, em 1866, escrevera a Possidónio da Silva sobre o assunto, fornecendo-lhe dados necessários à organização curricular das disciplinas arqueológicas regidas em seminários estrangeiros que considerava deverem ser aplicados em Portugal, sobretudo quando,

O progresso das sciencias e a evolução social por tal forma teem influido na reforma do methodo e systema da instrucção popular, que a esta influencia não poude resistir a instrucção do Clero em todas as nações mais civilizadas e cultas [...] de modo que, é hoje raro, o Seminario, onde os seus alumnos não apprendam já a musica, o Desenho; a Archeologia, a Geologia, a Minerologia, a Botanica, a Zoologia a Phisica, e a Chimica

(AH/AAP. Declarações. 1866)

Afirmações que são proferidas antes de, em 1879, Possidónio instaurar, na sede da RAACAP, *serões de leitura artistica e archeologica* nos meses de Inverno, a lembrar os ciclos de conferências semanais sobre arqueologia organizados pelo historiador e filólogo francês, abade Eugène van Drival (1815-1887) no Seminário de Arras (*Congrès* 1860: 126). Aquela iniciativa é adotada quase de imediato por clérigos portugueses, com destaque para o Bispo de Bragança, D. José Alves de Mariz (1885-1912) e o Arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes (1849-1920), inspirados no exemplo do Bispo-Conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913), ao instituir a disciplina de Arqueologia Cristã no respetivo seminário e a constituição de um museu de arte sacra (Neto 2001: 71). Tal como sublinharia o escritor Ramalho Ortigão (1936-1915),

2. Já em 1844, se noticiava na revista *Annales Archéologiques* a existência de um Curso livre de Arqueologia no seminário de Sarlat, bem como de outro sobre antiguidades religiosas e de carácter obrigatório para todos os alunos que frequentassem o quarto ano.

Os monumentos architectonicos, assim como todas as demais riquezas artisticas de uma nação, não se guardam pela intervenção policial da força. [...]. *Os monumentos e os objectos de arte nacional guardam-se unicamente pelo amor do povo, uma vez accordado para a consciencia e para o orgulho de si mesmo.* A missão de arte – e portanto de religião e de poesia –, de que nos achamos investidos consiste simplesmente em proteger ensinando a amar. E só o conseguiremos com exito e com honra dando nós mesmo o exemplo das virtudes caracteristicas do amôr, que são o desinteresse, a abnegação e o carinho (AH/ANBAL. *Conselho Superior...* 1900)

Não obstante, parece ser necessário aguardar duas décadas para que Possidónio da Silva proponha o estabelecimento de cursos similares em todos os Seminários do país (Martins 2003) por acreditar que, detendo os devidos conhecimentos artísticos e arqueológicos, os párcos apreciariam de forma mais consciente os monumentos (móveis, imóveis e/ou integrados) existentes nos seus territórios, ao mesmo tempo que contribuiriam para a sua efetiva valorização, evitando a venda indiscriminada de alfaias religiosas a «[...] especuladores por um preço inferior ao que realmente teem.» (AH/ANBAL. *Correspondência...* 1876). Opinião que é perfilhada por outras individualidades nacionais para quem,

Possuindo os parochos noções exactas e sufficientemente desenvolvidas sobre este interessante ramo das sciencias technologicas, poderão dirigir com acerto as restaurações de que necessitem os edificios religiosos que se achem sob a sua inspecção, impedindo que se deturpem suas primitivas e venerandas feições; poderão obstar ao descaminho e à destruição das alfaias antigas que muitas igrejas ainda possuem [uma vez que] os individuos a quem, de ordinario, se incumbe a reparação dos templos ruraes, ignoram as mais simples noções de esthetica [...] Os seus trabalhos não seguem jamais a um [...] estylo [...] definido. – Uma cópia abastardada [...] um mistiforio de inconciliaveis systemas architectonicos – eis o que esses pseudo-artistas nos sabem exhibir [...] é sobretudo necessário que possua especiaes conhecimentos históricos e archeologicos [...] se conforme inteira e escrupulosamente com a traça primordial [...] Des-

truir ou abastardar aquella feição é commeter uma profanação e praticar um anachronismo (IAN/TT. *Correspondência...* 1888)

Decorrentes, na sua maioria, do esforço de Possidónio da Silva, os resultados positivos surgidos neste capítulo fundamentam a convicção de que «[...] o estudo da Archeologia Christã nos Seminarios do Reino, se não for obrigatorio pouco ou nenhum fructo se colherá tanto mais que os alumnos ignoram os mais rudimentares principios de desenho.» (*Ibid.*). Insiste-se ainda para que o Parlamento torne o seu estudo imperioso também nas Universidades e se autorize o Governo a subsidiar uma «[...] commissão d'architectos e archeologos a percorrer o paiz, fazendo conferências públicas, principalmente nos seminarios, indicando ao clero os objectos que se devem considerar como artisticos, etc.» (*Ibid.*).

Sem dúvida que não se pode circunscrever esta ação aos Seminários. Por isso, a RAACAP insta na criação de uma cadeira de *noções de Archeologia, arte e architectura* nas 'Escolas Normais' (destinadas a professores do ensino elementar) de modo a sensibilizar e a formar as novas gerações no quadro da política de salvaguarda patrimonial. Contudo, a sobrecarga dos conteúdos programáticos preexistentes leva-a a sugerir a incorporação dos assuntos patrimoniais apenas nas disciplinas de História (*Ibid.*) e Geografia (*Ibid.*).

Enquanto isto, a própria RAACAP organiza ações graciosas de divulgação de conhecimentos. Entre elas, sobressai o Curso de Arqueologia que tem lugar em 1885 (Martins 2021-2013b), no mesmo ano em que é criada a cadeira de 'Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-histórica' na Universidade de Coimbra (Cabral 1999), face ao manifesto desinteresse em institucionalizar um curso universitário especializado. Antes disso, todavia, após a experiência colhida no V *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques* (Bolonha, 1871), Possidónio inaugurara, em 1872, uma série de preleções na RAACAP intitulada *Archeologia Prehistorica* porquanto «As noções as mais vulgares diffundidas no publico a respeito dos vestigios dos tempos prehistoricos, são em geral tão vagas, tão confusas, tão erroneas, e mui principalmente pela falta de se divulgarem esses estudos em Portugal, que julgámos seria de algum interesse para o seu conhecimento apresentarmos algumas considerações sobre essa remota epoca.» (Silva 1881).

Assim nasce o 1.º *Curso Elementar de Archeologia* coordenado por Possidónio da Silva sob os auspícios da Casa Real, na pessoa de D. Carlos I (1863-1908) para melhor o prestigiar e fazer reconhecer junto do público, em geral (Martins 2012-2013a). Os candidatos devem ter entre 16 e 24 anos de idade, possuir certificado da instrução primária, conhecimentos de desenho e domínio do idioma francês. Requisitos perfeitamente entendíveis, atendendo à maioria da bibliografia produzida na área e às exigências do trabalho de campo e de gabinete. Admitem-se 35 alunos, número assaz interessante, sobretudo quando a arqueologia – mormente pré-histórica –, ainda está a dar os primeiros passos no país graças aos trabalhos desenvolvidos desde meados do século pelos seus pioneiros no quadro da Comissão Geológica do Reino e seu sucedâneos. Mais interessante se torna ainda aquela circunstância ao sabermos que provêm de lugares tão distantes entre si, quanto as Ilhas da Madeira e da Terceira, Lagos e Minde, embora a maioria resida em Lisboa e se encontre, de algum modo, associada às Reais Academias de Belas Artes de Lisboa e ao Exército (Martins 2003b).

A primeira parte do curso é dedicada, na íntegra, à *Arqueologia Pré-histórica* (Martins 2003), enquanto a segunda versa sobre os tempos históricos. Nesta, ocorrida já na primeira metade do ano seguinte, 1886, matriculam-se 72 alunos, incluindo o Secretário do Patriarca de Lisboa, Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos (1855-1936), numa demonstração do sucesso inequívoco do primeiro trecho das aulas (Martins 2003b).

Após esta primeira experiência, a RAACAP e suas titulações subsequentes não mais se envolveriam em iniciativas congêneres. Razões? Desconhecemos. Pelo menos, até ao momento. Permitimo-nos, no entanto, conjeturar sobre o peso que teve nesta evidência a criação do Museu Etnográfico Português (Lisboa, 1893), aberto ao público em 1906, idealizado e dirigido por José Leite de Vasconcelos (1858-1941) a quem competirá, em breve, organizar cursos na Biblioteca Nacional de Lisboa, nomeadamente de arqueologia, contemplando, por exemplo, a numismática (*O Arqueólogo Português* 1985: 17, 264, 303; *O Arqueólogo Português* 1903: 161-172; *O Arqueólogo Português* 1910: 333-336), e a reger cadeiras que importam à formação na área, já no quadro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), a partir de 1911, ano da sua criação. Ou seja, colocamos a hipótese de a formalização do ensino de cadeiras relacio-

nadas com a produção de conhecimento arqueológico ter, de alguma forma e num primeiro momento, esvaziado o sentido da sua existência em contexto associativo. Pelo menos, em Lisboa. Por outro lado, o desaparecimento físico de Possidónio da Silva, o seu mentor, coordenador e com total disponibilidade para o efeito, poderá explicar, em parte, o sucedido. Ademais, as especificidades marcantes deste grémio nas décadas vindouras dificultarão, de algum modo, a realização de ações similares (Martins 2012-2013b). Nada, porém, que impeça alguns dos seus membros de se dedicarem a áreas de eleição individual; prosseguirem o combate pela valorização patrimonial, integrando organismos oficiais da especialidade; colaborar com instituições públicas e privadas, entre as quais o Grupo Pro-Évora que haverá de apoiar a formação de um curso de arqueologia.

3. GRUPO PRO-ÉVORA, MONUMENTALIDADE E ARQUEOLOGIA EBORENSE

Sediado na capital do Alto Alentejo, o Grupo Pro-Évora (GPÉ) emerge um ano após o fim da Grande Guerra (1914-1918) e num contexto político interno assaz conturbado ao longo do qual se redobram debates culturais e se intensificam e multiplicam os seus protagonistas. A motivação para este quadro é gerada desde, pelo menos, 1911, ano em que são publicados os primeiros documentos republicanos na área cultural (Martins 2012-2013a). Certamente por isso; pela abertura concedida à ação associativa; por um insistente mutismo generalizado relativo à salvaguarda monumental a nível local e regional; pela futura efemeridade da comissão da Liga do Alentejo (Lisboa, 1912) estendida à cidade de Évora em 1913; pelo funcionamento fugaz, porém intenso, de uma delegação, em Évora, da Sociedade Propaganda de Portugal (SPP) (1906), o GPÉ é pensado desde 1907 e formalizado em 1919.

Como sucede na maioria destes casos, o GPÉ é inicialmente composto de representantes das elites sociais e culturais eborenses. Vários são membros da (agora) AAP, a mesma que visitara Évora durante dois dias, em junho de 1916, e propusera a criação do GPÉ na Assembleia Geral de 23 de outubro, por mão do historiador de arte José Queirós (1956-1920) e divulgada no folheto ‘Defesa de Évora’.

Reproduzindo, de algum modo, o programa de intenções de quem os precedera, incluindo a delegação da SPP que, entre outros detalhes, incentivara

o registo fotográfico do património da cidade, com o apoio da Sociedade Harmonia Eborensis (1849) (Almeida 2003), o GPÉ promove a preservação da monumentalidade da cidade, receando as consequências da instabilidade política e social vivida no país desde 1910. Por isso insta à sua proteção e à defesa da estética citadina, ao mesmo tempo que clama pela instalação da Biblioteca Pública em edifício apropriado e à organização do Museu Regional de Évora. Mas não é fácil concretizar tais desideratos. Por isso lança mão de todos os recursos políticos e institucionais ao dispor dos seus membros, fazendo valer os respetivos capitais sociais, económicos e culturais para, em unísono, intervirem na área monumental intramuralhada da cidade, assim entendida como um conjunto. Esforço que acaba por ser reconhecido ao ser nomeado representante na cidade da Comissão dos Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, no âmbito do qual conseguirá suscitar a classificação, como Monumento Nacional, de c. de 20 estruturas de interesse histórico e artístico.

De ora em diante, o GPÉ assume-se e é assumido como referente da salvaguarda patrimonial na cidade e no território onde se situa e serve. Começa então a diversificar o leque de atuações, englobando a produção de roteiros turísticos, a edição de monografias e de postais, ao mesmo tempo que promove a redação de notícias e artigos de opinião dados à estampa na imprensa local e regional, contribuindo, também deste modo, para a afirmação de Évora como polo de atração turística nacional e transfronteiriço.

Paulatinamente, mercê da conjugação de variadas forças e circunstâncias, o GPÉ dinamiza a sociedade eborensis mais ilustrada, materializando ambições acalentadas por quem precedera os seus membros fundadores. Gabriel Pereira (1847-1911) é bem disso testemunho. Bibliotecário, arquivista, historiador, jornalista, escritor, patrimonialista e membro da RAACAP cujo Boletim dirige já no fim da sua vida, a ele se devem, entre outros exemplos, a recolha de artefactos arqueológicos com os quais beneficiara o Museu de Évora; a publicação de obras como ‘Dolmens ou Antas dos Arredores d’Évora’ (1875); a direção da série ‘Estudos Eborenses: História, Arte, Arqueologia’ (1884-1894); a organização do ensino noturno nas escolas; a instituição de um curso médio vocacionado para a população feminina; o estabelecimento de tertúlias literárias análogas às existentes em Lisboa, (Martins 2019).

No seguimento do exemplo de G. Pereira, importa-nos destacar uma das atividades empreendidas pelo GPÉ, por iniciativa de Celestino David (1880-1952), um dos seus cofundadores: os Cursos de Cicerones organizados em 1939, 1942, 1947, 1952 e 1957, um deles em plena II Guerra Mundial, destinados a garantir a qualidade e o rigor das informações transmitidas a quem visita Évora e pretende saber mais sobre a sua história, arte e arqueologia (Martins 2022a). Trata-se de uma novidade em termos formativos, considerando o público-alvo, enfoque e objetivo dos cursos que, em si, manifestam o reconhecimento do turismo nos processos de salvaguarda patrimonial, sendo que «O aluno melhor classificado do primeiro curso viria a afirmar-se na historiografia eborensis e alentejana: Túlio Espanca [...]» (História (pro-evora.org)). Entretanto, outros cursos são organizados pelo GPÉ, já nos anos 60.

3.1. Os anos 60 como ponto de viragem

O crescente reconhecimento do contributo do GPÉ para um melhor conhecimento do passado do território, visibilidade transfronteiriça e desenvolvimento de localidades e regiões, mormente por meio da inclusão de coleções, museus e sítios em roteiros turísticos, permite valorizar, de modo mais assertivo, a arqueologia junto de diferentes públicos. Facto ao qual não é indiferente o esforço envidado nesse sentido pelas universidades portuguesas onde começam a ganhar destaque jovens docentes regressados do estrangeiro com formação atualizada ao nível de conceitos, teorias e práticas, assim como da relevância da interdisciplinaridade (Martins 2021).

Lisboa não fica incólume a este movimento. Ao contrário, e tomando como exemplo a AAP, procura estar na vanguarda da disciplina por intermédio de novos associados e participando em campanhas arqueológicas – algumas delas internacionais –, que acabam por formar toda uma geração responsável pelos destinos da arqueologia já em plena Democracia. Além disso, o I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958), evocativo dos 100 anos do nascimento de J. Leite de Vasconcelos (Martins 2014), em muito contribuíra para a afirmação da disciplina no território enquanto os Serviços Geológicos de Portugal (Lisboa, 1918) reforçavam a autoridade no âmbito da investigação pré-histórica. Mas o que parece ser o início de uma prática contínua – a dos congressos –, cedo se revela truncada por questões aparentemente abstratas da esfera arqueológica e da

vontade dos seus mentores e promotores, remetendo apenas para o início da década seguinte a realização do segundo encontro.

Perante tão abrupta, alongada e indesejada interrupção, o noroeste do país decide preencher o vazio e realizar seis colóquios portuenses de arqueologia nos quais entrevemos uma tentativa de descentralizar a prática arqueológica. Enquanto isso, a 1.ª subsecção da 2.ª secção da Junta Nacional de Educação é reestruturada (Lemos, 1987, 1989 e 1991); as ciências sociais são introduzidas progressivamente em academias e meios universitários; exige-se a renovação pedagógica do ensino superior; o país é mergulhado numa anacrónica, injusta e sangrenta guerra colonial (Tavares, 1962).

Estamos, em todo o caso, perante um conjunto de iniciativas – congresso e colóquios –, acrescido de publicações, como as respetivas atas, que acaba por disseminar muito do conhecimento arqueológico e patrimonial produzido no território, redobrando atenções sobre a disciplina, suas especificidades e potencial em diferentes domínios do quotidiano. Entende-se assim melhor o crescimento do interesse pela arqueologia, repercutido, por exemplo, no número de quem pretende abraçá-la, seja como especialista ou colaborador não especializado. Por isso, também, e graças ao empenho e apoio de alguns nomes, como os de Fernando de Almeida (1903-1979), Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991) e João Manuel Bairrão Oleiro (1923-2000), representantes do que denominamos de ‘geração em trânsito’ (Martins 2016), a arqueologia conquista espaço científico e territorial, nomeadamente através de instrumentos como o ‘Círculo de Estudos Arqueológicos da Faculdade de Letras de Lisboa’ (1962) ou o ‘Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra’ (1965).

Trata-se, sem dúvida, de uma década – 60 –, particularmente interessante pelo muito que se assiste também em matéria arqueológica, multiplicando-se iniciativas em vários pontos do país, da responsabilidade de colegas nacionais e estrangeiros, de curiosos e amadores locais que, por vezes, em muito contribuem para a descoberta de sítios hoje paradigmáticos da arqueologia em Portugal. O cromeleque dos Almendres é um desses casos.

Descoberto em 1964 pelo professor, natural de Almeirim, Henrique Leonor Pina (1930-2018), numa altura em que colabora com o seu colega e amigo, o geólogo e professor universitário António Galopim

de Carvalho (1931-), na elaboração da Folha de Évora da Carta Geológica de Portugal, identificando e cartografando importantes sítios arqueológicos, como a Anta Grande do Zambujeiro, o cromeleque dos Almendres suscita o maior entusiasmo no seio da comunidade científica nacional e internacional. É, no entanto, localizado mercê da ligação estreita que mantém com a população local composta de agricultores, pastores e caçadores, com a qual constrói uma rede de prospetores informais que procura transformar nos principais defensores destes monumentos³ (Pina 1971; Martins 2020 e 2022a).

Évora continua, por conseguinte, a centrar atenções da comunidade arqueológica, perpetuando o interesse despontado sobre o pretérito mais longínquo da sua geografia desde, pelo menos, André de Resende (1498-1573), a quem se seguem outros intelectuais, entre prelados, aristocratas, professores e múltiplos profissionais liberais. A estes pioneiros, somam-se curiosos, amadores e quem, formado em história, história da arte, filologia e geologia, dedica parte do seu tempo à prospeção de vestígios de ocupação humana, desde o paleolítico à romanidade.

Será neste contexto que, ciente do potencial arqueológico do termo eborense; do contributo do património arqueológico para o desenvolvimento económico da região e suas gentes; da importância das comunidades locais na identificação, localização e preservação de estruturas ancestrais; do interesse de jovens estudantes pela arqueologia; que, em Évora, surge quem tome uma iniciativa tão arrojada quanto fundamental, depois de a cidade acolher, entre outubro de 1964 e junho de 1965, um Curso Livre de História Local constituído por 26 visitas guiadas a monumentos artísticos, sob orientação do historiador de arte Túlio Espanca (1913-1993).

3.2. Cursos de Iniciação à Arqueologia

A 4 de junho de 1966, a direção do GPÉ solicita apoio financeiro ao presidente da Junta Distrital de Évora, para «dispensar uma particular atenção aos aspetos polivalentes que nos são oferecidos pela propaganda e divulgação das riquezas monumentais e artísticas da nossa Cidade, visando à atração de maior número de visitantes» (ADÉ. Pasta ‘Grupo Pró-Évora’. Doc. 23). O apoio é concedido em sessão que tem lugar dois dias depois, deliberando-se, por maioria, a entrega de subsídio no valor de 25 000\$00. Soma que

3. Veja-se, a este propósito, *Memórias das Pedras Talhas*.

certamente contribui para a concretização de algumas ações gizadas.

Dois anos depois, surge nova requisição. Desta feita para materializar um programa concreto de atividades, possivelmente animados com o impulso conferido à cultura local e regional pelo Dr. Armando José Perdigão, Presidente da Junta Distrital de Évora, empenhado que estivera em entender a arqueologia como recurso turístico do território eborense (Paço 1963).

Assim, a 3 de abril de 1968, num novo papel timbrado, o GPÉ, por mão do seu presidente, Eng.º Júlio Maria dos Reis Pereira (1902-1983), pintor, ilustrador e poeta vilacondense radicado em Évora desde 1937, onde trabalha para a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Sul, dirige-se à mesma Junta, pedindo novo apoio financeiro por não pretender *afrouxar a sua* [GPÉ] *ação*. Por isso traça um *primeiro Ciclo de manifestações de ordem cultural* constando de pequenos cursos de poesia e música contemporânea, exposições e – o que nos importa aqui sublinhar –, de um curso que intitulam *Breve Iniciação à Arqueologia* (ADÉ. Pasta ‘Grupo Pró-Évora’. Doc. 13).

Não se trata, no entanto, da primeira iniciativa congénere no país. No território eborense, sim, fora do circuito eclesiástico. Em Portugal não, pois, ainda em finais de 1967, a Câmara Municipal de Braga, através do seu pelouro da Cultura, promovera a primeira série do Curso de Introdução ao Estudo da Arqueologia onde público generalizado e finalistas liceais adquiriram conhecimentos mínimos e indispensáveis à realização colaborativa de trabalhos arqueológicos projetados e em curso na cidade e na região (*A Voz*, 21/02/1968). O sucesso obtido justifica novo Curso de Introdução à Arqueologia na capital minhota (*Primeiro de Janeiro*, 22/01/1969), com cerimónia de abertura da iniciativa da própria municipalidade em colaboração com a Faculdade de Filosofia da cidade e da Junta Distrital.

Programado para os meses de outubro e novembro deste mesmo ano de 1968, não excluímos a possibilidade de o Curso de Évora ser pensado com objetivos similares ao de Braga: revestir os formandos de ferramentas essenciais a uma participação profícua em trabalhos de campo e de gabinete.

Estruturado em 14 sessões teóricas e práticas, o Curso é assegurado, na parte teórica, por Adelino Augusto Marques de Almeida (1927-), Reitor do Liceu Nacional de Évora (1841-1976), diretor do seu

jornal *O Corvo*, pertença do Centro E-N.I – Ala n.º 3 da Mocidade Portuguesa, futuro Secretário Provincial da Educação em Moçambique e um apaixonado pela arqueologia. Quanto à vertente prática, ela fica a cargo de José Fernandes Ventura, professor de história da Escola de Regentes Agrícolas de Évora e arqueólogo amador com vasta experiência de campo, designadamente junto a Manuel Afonso do Paço (1895-1968) com quem escavara, por exemplo, o povoado pré-histórico do Castelo de Geraldo/do Giraldo, enquanto alimenta a polémica gerada em torno das descobertas da Gruta do Escoural e do Cromleque dos Almendres⁴.

Com relação aos conteúdos programáticos, eles não parecem divergir sobremodo de outros já existentes no país, nomeadamente na FLUL, por mão de Manuel Heleno (1894-1970)⁵:

I – Introdução à ciência arqueológica // II – O Paleolítico // 1 – Paleolítico Inferior: // a – Meio ambientes: principais industrias // b – O homem fóssil // c – A vida quotidiana // d – O Paleolítico Inferior em Portugal // 2 – Paleolítico Superior: // a – Meio ambiente: principais industrias // b – O homem “sapiens” // c – O problema da Arte: // Arte mobiliária // Arte rupestre // d – A vida quotidiana // e – O Paleolítico Superior em Portugal // III – O Mesolítico // a – O meio ambiente: características // b – O Mesolítico português // IV – O Neolítico // a – O meio ambiente: características // b – O culto dos mortos // c – O Neolítico em Portugal

(ADÉ. Pasta ‘Grupo Pró-Évora’. Doc. 13-14)

Quanto às sessões práticas, propõem-se visitas à *Gruta do Escoural e a várias antas*, detalhando-se os custos inerentes à realização do Curso: «Remuneração... 4 200\$00 // Material didático... 1 500\$00 // Material documental... 1 000\$00 // Visitas... 3 300\$00» (ADÉ. Pasta ‘Grupo Pró-Évora’. Doc. 14). Requerendo um total de 84 000\$00 para a concretização de todo o programa e tendo a Junta deferido a entrega de apenas 20 000\$00, acordada em sessão

4. Veja-se, acerca deste tópico, *Memórias das Pedras Talhas*.

5. Veja-se, sobre este assunto, *Do Centro Nacional Juvenil de Arqueologia da Mocidade Portuguesa ao Centro Piloto de Arqueologia do Secretariado para a Juventude do Ministério da Educação Nacional, um percurso pioneiro na formação de jovens (1968-1974)* (uab.pt).

de seis de maio⁶, o curso acabará por ser concretizado de outro modo.

Escasseando o financiamento da Junta Distrital, o curso é realizado no início de janeiro do ano seguinte - 1969 -, nas instalações do Liceu de Évora, com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian (1956), e merece destaque na imprensa periódica, a exemplo do 'Notícias de Évora' (07/01/1969), assim como em revistas da especialidade, como 'O Arqueólogo Português'.

Independentemente das questões financeiras, importa determo-nos nalguns aspetos destas informações. Antes de mais, atentemos ao facto de os proponentes e regentes do Curso parecerem entender a arqueologia enquanto a ciência que estuda vestígios do passado humano mediado entre o Paleolítico inferior e o Neolítico. Constatação, no mínimo, inesperada, não apenas pelo percurso da arqueologia no país e no estrangeiro, como pelo esforço levado a efeito por alguns dos seus protagonistas nacionais de adaptação às mais recentes linhas de investigação⁷, englobando, por exemplo, períodos mais recentes, como o medieval. Além disso, tal posicionamento pressuporia uma maior comunhão dos seus mentores com a prática francesa, distinguindo a arqueologia pré-histórica, mais conotada às ciências naturais, e a histórica, trabalhada essencialmente pelas ciências humanas (Preucel e Hodder 1996).

Colocamos, no entanto, a hipótese de se tratar de um ensaio para algo mais abrangente e substantivo, a requerer averiguação junto de outras fontes, mormente orais. Não deixa, em todo o caso, de estranhar que um Curso de *Iniciação* não inclua, pelo menos, o período dos metais e a presença romana, esta última especialmente marcante em Évora e respetivo termo. A não ser que, uma vez mais, a atitude seja, sobretudo para o último caso, o de considerar a presença romana no território como mais passível de análise por parte de historiadores e historiadores de arte. A ser assim, teríamos, no entanto, um pensamento assaz desadequado com o muito que se vai produzindo além-fronteiras, numa altura em que a

6. Não deixa de ser interessante que o Chefe da Secretaria da Junta tenha a necessidade de escrever no verso da primeira página da carta endereçada pelo GPÉ que a mesma lhe concedera subsídios no valor de 8 500\$00, em 1966, e de 20 000\$00, em 1867 (ADÉ. Pasta 'Grupo Pró-Évora'. Doc. 13-verso).

7. Veja-se, a este propósito, Cardoso et alii 2013.

escola anglo-saxónica, designadamente a norte-americana, e a própria antropologia cultural francesa, aportam novos conceitos e instrumentos de análise aplicáveis ao passado, mais enriquecedores do que os histórico-culturais.

4. ALGUMAS NOTAS FINAIS E PERSPETIVAS EM ABERTO

O caminho encontra-se, por conseguinte, descerrado a iniciativas congêneres à do Curso do GPÉ, materializando ambições há muito acalentadas, embora de forma intermitente e nem sempre coesa. Trajeto que continuará a ser percorrido.

Ainda neste ano, embora em abril, será a vez de Fernando de Almeida, já como diretor da FLUL, abrir a primeira edição do Curso Intensivo de Arqueologia promovido pela Direção dos Serviços Culturais e de Formação Nacionalista da Mocidade Portuguesa (1936-1974), destinado a alunos dos liceus de Lisboa, tendo como docentes, além do próprio, Octávio da Veiga Ferreira (1917-1997). Manuel Farinha dos Santos (1923-2001), João Salvado e Maria Salette Gomes Simões (*Diário de Notícias*, 11/04/1969).

Entretanto, diversificar-se-á o enfoque destas primeiras experiências. Exemplo disso, o curso de 'Formação Portuguesa e Cristã: Iniciação na Arqueologia' organizado no Ateneu Comercial de Lisboa sob orientação do Dr. Paulo Caratão Soromenho (1912-1985) e do espeleólogo Alexandre Morgado, futuro cofundador do 'Espeleo Clube de Sintra' (1971-1977) (*República*, 07/11/1969). Enquanto isso, Fernando de Almeida desloca-se a Maputo (então Lourenço Marques) para reger, na Universidade, durante três semanas, um curso sobre arqueologia, em seis lições (*Diário de Notícias*, 06/01/1972).

São cursos que, juntamente com outros, merecem uma análise aprofundada. Análise que deverá esclarecer as circunstâncias da sua emergência individual; compará-los na forma, no conteúdo, nos objetivos, no espaço e no tempo; entender a suas consequências e inconsequências; compreender as dinâmicas entre ensino formal e informal; permitir mapear, de modo associado, cursos, conteúdos, protagonistas, projetos e espaços de produção de conhecimento e de património arqueológico no país. Análise que deverá, em última instância, mas não menos importante, inscrever todas estas circunstâncias num cenário mais alargado do Portugal científico, cultural, mental, social, político e ideológico dos

anos 60, uma década de profundas mudanças, no país e no Mundo.

Concretizar, porém, este tipo de escrutínio exige compulsar e comparar dados contidos em diferentes fontes primárias e secundárias, recorrendo, ainda, à memória oral junto de quem viveu estas práticas ou, não as tendo vivido na primeira pessoa, apreendeu muito do que ocorreu.

Faltam-nos dados que nos permitam identificar nomes de quem frequenta o Curso da iniciativa do GPÉ, suas origens, formações e ambições; reconhecer ideias, conteúdos e debates; entender eventuais ascendentes, mormente da AAP, de quem cursa no estrangeiro, de bibliografia mais recente e de legislação internacional; cotejar com Cursos similares; reconstituir visitas, trabalhos de campo e de gabinete; recompor reações e receções. Falta-nos, em suma, continuar a preencher uma importante página da história da arqueologia em Portugal, com enfoque em Évora e na região eborense, em reconhecimento do contributo do associativismo para a afirmação e desenvolvimento da disciplina no país, através de ações de formação de tipologia diferenciada.

Lisboa, Verão de 2023

AGRADECIMENTOS

Aos funcionários do Arquivo Distrital de Évora e aos editores do presente volume, na pessoa da Doutora Andrea Martins, pela amabilidade, apoio e compreensão.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Évora
Grupo Pró-Évora

Arquivo Histórico / Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa,

Conselho Superior dos Monumentos Nacionais

Actas das Sessões

Correspondência mantida com o Ministério do Reino

Arquivo Histórico / Associação dos Arqueólogos Portugueses

Actas da Assembleia Geral da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes

Actas da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Correspondência Recebida

Declarações

Diversos

Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Joaquim Possidónio N. da Silva: Correspondência artística e científica nacional e estrangeiros

Outras fontes

CONGRÈS Archéologique de France. Séances Générales, XXVII^{ème} sèssion, 1860, p. 126.

HERCULANO, Alexandre (1873) – Monumentos Pátrios. *Opúsculos*. Lisboa: Livraria Bertrand.

PAÇO, A. (1963) – Arqueologia e Turismo na Região de Évora. A cidade de Évora. Évora. n.º 45/46.

PINA, Henrique Leonor (1971) – “Novos Monumentos Megalíticos do Distrito de Évora” in *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra, 1971.

SILVA, Joaquim Possidónio N. da (1881) – Archeologia Prehistorica. *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.^a série, t. III, n.º 5. Lisboa: Typographia Lallemand-Frères: 69-70.

SYNOPSIS. *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.^a série, t. I, nº 1, Lisboa, Typographia Lallemand-Frères, 1876: 4.

Referências

ALMEIDA, Cármen (2003b) – *Objetos melancólicos...: fotografia, património e construção da memória a coleção do Grupo pró-Évora (1890-1920)*. [texto policopiado]. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Évora.

BERÇÉ, Françoise (2000) – *Les Monuments Historiques ou Patrimoine. Du XVIème Siècle à nos Jours*. Paris: Flammarion.

BLACK, Jeremy (2003) – *The British Abroad: The Grand Tour In The Eighteenth Century*. Stroud: Sutton Publishing, 412 pp.

CABRAL, João de Pina (1999) – Antropologia. *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VII. Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 112-113.

CARDOSO, João Luís, RAPOSO, Luís, BICHO, Nuno e FABIÃO, Carlos (2013) – Manuel Heleno pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964). Suplemento de *O Arqueólogo Português*, 347 pp.

CHOAY, Françoise (1992) – *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Seuil.

MAGRINHO, Sofia d'Almeida da Costa Macedo (2017) – *A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações de Defesa do Património (1974-1997)*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE.IUL.

- MARTINS, Ana Cristina (2003) – *Possidónio da Silva (1806-1896) e o resgate da memória. Um percurso na arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MARTINS, Ana Cristina (2003a) – O Associativismo Eru-dito e o Elogio da Memória Histórica. O Contributo da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a Salvaguarda do Património Histórico-cultural (sécs. XIX-XX). *Actas del I Congreso Iberoamericano del Patrimonio Cultural*. Madrid: Asociación Española de Gestores de Patrimonio Cultural, pp. 115-121.
- MARTINS, Ana Cristina (2005) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de (trans)formação (1863-1963)*. [texto policopiado]. Tese de doutoramento em História apresentado à Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Ana Cristina (2005) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de (trans)formação. 1863-1963*. Tese de doutoramento em História, Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Ana Cristina (2012-2013a) – Entre a metamorfose e a adaptação – a Associação dos Arqueólogos Portugueses (1863-1896). *Arqueologia & História*. V. 64-65, pp. 16-29.
- MARTINS, Ana Cristina (2012-2013b) – Na intermitência do ser e do agir: a Associação dos Arqueólogos Portugueses no Estado Novo (1933-1963). *Arqueologia & História*. V. 64-65, pp. 81-92.
- MARTINS, Ana Cristina (2014a) – A Sociedade Archeologica Luzitana no contexto da arqueologia de oitocentos. *Setúbal Arqueológica*, Vol. 15, 2014, pp. 203-216.
- MARTINS, Ana Cristina (2014b) – O 1.º Congresso Nacional de Arqueologia (1958) entre a Internacionalização da Ciência e o Internacionalismo Científico. In SALGUEIRO, Ângela, NUNES, Maria de Fátima, ROLLO, Maria Fernanda e LOPES, Quintino, eds. – *Internacionalização da Ciência e Internacionalismo Científico*. Casal de Cambra: Caleidoscópio pp. 193-206.
- MARTINS, Ana Cristina (2016) – “Mission”: modernize! Portuguese archaeology in the 1960s (a preamble). In DELLEY, Gabrielle, DÍAZ-ANDREU, Margarita, DJINDJIAN, François, FERNÁNDEZ, Víctor M., GUIDI, Alessandro and KAESER, Marc-Antoine, eds – *History of archaeology: international perspectives*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd, pp. 179-186.
- MARTINS, Ana Cristina (2017) – “«Porque Havemos De Deixar Nas Mãos De Especialistas Estrangeiros Perspectivas Que Tanto Nos Dizem Respeito?»». A Colaboração Arqueológica Internacional No Portugal Dos Anos 50-60 Do Século XX: Tradições, Inovações e Contradições.”. *Arqueologia em Portugal. 2017 – O Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses: pp. 87-98.
- MARTINS, Ana Cristina (2019) – PEREIRA, Gabriel Victor do Monte. In SILVA, Raquel Henriques da, FERREIRA, Emília e MONTEIRO, Joana d’Oliva, eds. – *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*, pp. 236-238.
- MARTINS, Ana Cristina (2020) – Território, comunidade, memória e emoção: a contribuição da história da arqueologia (algumas primeiras e breves reflexões). In ARNAUD, José Morais, NEVES, César. e MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal estado da questão*. 2020. Lisboa: AAP e CITCEM, pp. 17-24.
- MARTINS, Ana Cristina (2021) – In search of interdisciplinarity in Portuguese archaeology: notes on the 1960s. In L. COLTOFEAN-ARIZANCU, Laura and DÍAZ-ANDREU, Margarita, eds. – *Interdisciplinarity and archaeology. Scientific interactions in nineteenth- and twentieth-century archaeology*. Oxford: Oxbow Books, pp. 133-155.
- MARTINS, Ana Cristina (2022a) – “Afinal, para que serve a história da arqueologia? Arqueologia e território realidades, necessidades e possibilidades (breves reflexões)”. *Scientia Antiquitatis*. Vol. 1 (2022), IV Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano. [<http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/issue/view/40>].
- MARTINS, Ana Cristina (2022b) – SARMENTO, Francisco Martins de Gouveia Morais. In SILVA, Raquel Henriques da, FERREIRA, Emília e MONTEIRO, Joana d’Oliva, eds. – *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*, pp. 520-522.
- NETO, Maria João Baptista (2001) – *Memória, propaganda e poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade Porto, 362 pp.
- PREUCCEL, Robert W. and HODDER, Ian (1996) – *Contemporary archaeology in theory. A reader*. Oxford: Blackwell.